

Histórico Institucional

A educação brasileira passa por um momento de transição entre dois Planos Nacionais de Educação (PNE) que recolocam os desafios da sociedade brasileira para a construção de seu futuro.

O PNE de 2001 a 2010 apontava que a manutenção das atividades típicas da universidade, no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável, dependia do setor público, porque, mesmo representando menos de 40% das matrículas, computadas as IES federais, estaduais e municipais, as universidades públicas eram responsáveis por 90% das pesquisas.

Os dados no Plano Nacional de Educação identificavam de forma flagrante as desigualdades regionais na oferta do ensino superior. Enquanto na região Sudeste o ensino superior público federal representava apenas 11,14% da oferta, com 127.991 vagas, no Sul representava 17,16%, com 71.960 vagas, no Norte representava 54,20% da oferta com suas 45.967 vagas. Essa disparidade, além de demonstrar a desigual distribuição geográfica entre as regiões, aponta para o papel fundamental da universidade pública na democratização do ensino superior. A presença do ensino superior privado se concentra nas regiões mais desenvolvidas economicamente, sem a preocupação com as desigualdades regionais.

Outro elemento a considerar é a concentração das universidades nas capitais litorâneas, ficando o interior desprovido de assistência. Nos últimos anos, houve um intenso processo de interiorização das universidades federais, movimento no qual se situa a Universidade Federal da Fronteira Sul.

O PNE 2011-2020, ainda em fase final de discussão e aprovação no Congresso Nacional, aponta em suas premissas os avanços necessários para sociedade brasileira e para a educação pública que podem ser sintetizados na universalização da Educação Básica, expansão da oferta de educação superior, sobretudo pública, com ampliação do acesso e da permanência, a garantia de qualidade da educação em todas as instituições, a gestão democrática e o controle social da educação, o respeito e o atendimento à diversidade, a excelência na formação e valorização dos profissionais da educação e o financiamento público das instituições públicas.

Algumas das metas estabelecidas no novo PNE estão vinculadas diretamente ao papel das universidades públicas, especialmente as federais. A meta 12 que visa elevar a 33% a taxa líquida de matrículas no Ensino Superior para a população entre 18 e 24 anos estabelece como estratégias de expansão e interiorização da rede pública, a elevação da taxa de conclusão para 90%, a oferta de, no mínimo 1/3 das vagas em ensino noturno, aumento a taxa estudante/professor para 18 e buscando ampliação do acesso aos mais desfavorecidos a partir de políticas afirmativas. As metas 15 e 16 desafia o Brasil a garantir que todos os professores da educação básica tenham formação superior específica e que 50% deles tenham pós-graduação.

A Universidade Federal da Fronteira Sul faz parte do amplo movimento de ampliação e interiorização da universidade pública e está localizada em três unidades da federação (PR, RS e SC), em porções territoriais localizadas no interior, sendo o Norte, Alto Uruguai e Missões gaúchos, o Oeste e Extremo Oeste catarinenses, o Sudoeste e Centro (Cantuquiriguaçu) do Paraná, que apresentam características semelhantes, especialmente a presença marcante da Agricultura Familiar e Camponesa e a urbanização recente, e que manifesta uma diversidade e uma pluralidade muito grande de populações e atores sociais.

Berço de grande parte dos movimentos sociais do campo, é um território que se destaca nacionalmente pela densidade da organização social, especialmente na Agricultura Familiar e Camponesa. Em todo o território de abrangência da UFFS existem milhares de associações e grupos de produção, centenas de cooperativas com interação solidária, centenas de sindicatos e um expressivo número de outras entidades e organizações formadas pelos agricultores familiares e camponeses.

No mesmo espaço territorial estão estabelecidas diversas grandes cooperativas e diversas grandes empresas agroindustriais que desenvolvem atividades na área da agricultura através do sistema de integração, envolvendo milhares de famílias de agricultores familiares e camponeses. Também estão presentes no território as propriedades rurais de maior porte articuladas ao agronegócio, envolvendo diversos setores de produção agrícola e pecuária.

No âmbito territorial da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul não são encontradas cidades de grande porte. Podem ser destacadas algumas cidades de porte médio, onde estão instaladas várias indústrias de médio e grande porte, envolvendo vários setores industriais, especialmente o moveleiro, o madeireiro, o de car-

nes e o metalmecânico. No entanto, predomina em todo o território a presença das micro e pequenas empresas.

Desde o início da década de 2000 o território formado pela Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul abrigava movimentos organizados em busca da criação de Universidade Federal a partir de iniciativas locais.

Conforme o relatório final da Comissão Instituída pelo MEC para a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, a partir de 2006 houve a unificação dos movimentos visando constituir um interlocutor único junto ao MEC. Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf–Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento é composto pelo Fórum da Mesorregião, Central única dos Trabalhadores – CUT dos três estados, Igrejas, Movimento Estudantil, Associações de Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores. O Movimento ganha força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

A partir do trabalho da Comissão foi encaminhado o projeto de criação da UFFS para o Congresso Nacional que, depois de aprovado nas duas casa legislativas, foi sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 14 de setembro de 2009, data consagrada como de fundação da Universidade.

Tendo a Universidade Federal de Santa Catarina como tutora, ainda no ano de 2009 foram realizados os primeiros concursos e posses de servidores e estruturado o primeiro processo seletivo para a formação das primeiras turmas de alunos. Concomitantemente, foram preparadas as estruturas provisórias para abrigar o funcionamento da Universidade ainda em 2010. No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *Campi*.

Observando-se a trajetória da UFFS nestes primeiros anos e tomando os dados das matrículas do processo seletivo de 2010, conforme a Pró-Reitoria de Graduação, o primeiro organizado pela universidade, veremos que praticamente 50% dos que ingressaram já não mais estão frequentando os cursos (dos 1964 ingressos, somente 984 ainda permanecem matriculados). A partir dessa proporção observa-se a necessidade de construção de políticas de permanência e de ampliação da taxa de conclusão como parte intrínseca da caminhada da UFFS no universo da educação

superior brasileira.

A meta de 30% de taxa líquida de matrículas no ensino superior já estava prevista no PNE de 2001, e ficou longe de ser atingida. Agora passa novamente a ser perseguida e tem como prazo a ano de 2020. Na busca de uma percepção do processo de ampliação da inclusão de jovens no Ensino Superior, um dado observado no primeiro ingresso da UFFS apontou que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior, ensejando uma contribuição decisiva para que populações distantes do ensino superior pudessem ser incluídas.

A inclusão de novas populações no ensino superior se somou à luta dos movimentos sociais e da comunidade acadêmica, que se construía a cada ano, de garantir aos estudantes da escola pública a condição de igualdade na disputa pelas vagas, tendo como grande objetivo a distribuição das vagas de forma proporcional à população de estudantes de Ensino Médio na sua relação entre escola pública e escola privada. Nestes primeiros anos de entrada pode-se observar o acerto da política de ingresso, pois aproximadamente de 90% dos estudantes são oriundos da Escola Pública.

Uma das tarefas assumidas, logo no início das atividades da Universidade foi a realização da Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão - COEPE, através de um amplo processo de debate com a comunidade. Foram centenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, organizações e movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

Na sequência, foi construído o primeiro Estatuto para institucionalizar, mesmo que de forma provisória, o projeto da Universidade. A provisoriedade era entendida como compromisso de uma ampla revisão quando seu processo de implantação atingisse uma maior maturidade.

A partir da aprovação do seu primeiro estatuto a UFFS iniciou a estruturação de suas instâncias, como o Conselho Universitário, os Conselhos de *Campus*, os

Colegiados de Curso, e sua estrutura de gestão.

A grande inovação, da noiva universidade foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *Campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação. Esta participação social é um dos elementos constitutivos da identidade da UFFS.

As entidades, organizações e movimentos sociais realizaram, no ano de 2013, um amplo debate sobre a participação social na universidade, bem como a construção de novos e inovadores instrumentos de diálogo entre a universidade e a comunidade regional.

Um compromisso que a UFFS está buscando concretizar é o da qualidade da educação. Em função da rapidez com que foi implantada a Universidade e pela amplitude dos debates realizados com a comunidade regional, foi percebida uma necessidade de reflexão sobre os cursos e sobre os Projetos Pedagógicos. A partir de 2011 foi realizado um esforço de reflexão que levou ao aperfeiçoamento dos PPCs de todos os cursos, tendo com o objetivos centrais a garantia de registro e a qualidade da educação ofertada e que teve como reflexo a excelente avaliação recebida por todos os cursos já avaliados pelo MEC.

O maior desafio que se apresenta para a Universidade e para a região onde está situada é o aperfeiçoamento de seu projeto de educação, assentado na concepção defendida pelos movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade, de uma universidade pública, popular, de qualidade e focada no desenvolvimento regional.

A Universidade iniciou suas atividades em espaços provisórios, cedidos pelas Prefeituras Municipais, ou alugados, exceto no *Campus Cerro Largo*, onde foi adquirido o prédio de um antigo seminário.

As obras dos *Campi* passaram a ser executadas em um ritmo acelerado, visando garantir estruturas definitivas e mais adequadas ao processo acadêmico. Já em agosto de 2012 o *Campus Realeza* se transferiu para as instalações definitivas. Também em Realeza foram inaugurados os três prédios dos laboratórios ainda no primeiro semestre de 2013. Os demais *Campi* estarão utilizando suas instalações

definitivas até o final do ano de 2013.

Os prédios das salas dos professores e dos restaurantes universitários em todos os *Campi* e da Biblioteca no *Campus* Chapecó estão em fase de construção, com previsão de seu pleno funcionamento já em 2014,

O processo de implantação das estruturas dos *Campi* continuarão em ritmo acelerado nos próximos anos, até que todo o projeto esteja concluído.

Ao mesmo tempo em que caminha para a implantação do seu projeto inicial, o debate sobre a expansão ganha cada vez mais espaço em toda a comunidade. Essa expansão, muito mais que novos cursos, busca ampliar os acessos, a inclusão de novas populações no ensino superior e a permanência dos estudantes até a conclusão de seus cursos.

Marco importante no processo de expansão foi a implantação, no segundo semestre de 2013, do *Campus* Passo Fundo, com o curso de medicina. Nos demais *Campi* novos cursos começam a ser ofertados, bem como um vigoroso programa de pós-graduação já se consolida, com a implantação de diversas especializações e de três mestrados. Vários projetos de novos cursos estão em fase de elaboração e aprovação, inclusive com a perspectiva da oferta dos primeiros cursos de doutorado.

BIBLIOGRAFIA

REINERT, Delvan José & LAFFIN, Marcos, **Relatório de Atividades e Resultados Atingidos**, Relatório final da Comissão de Projeto da futura Universidade Federal da Fronteira Sul, março de 2008.